

Lista Tríplice: a base para a democracia interna nos órgãos republicanos

Desde que a nova secretária da Receita Federal do Brasil, Lina Maria Vieira, assumiu o cargo, em 31 de julho, cresceu no país a esperança de mudanças na RFB e com ela o movimento da Classe em favor da implementação do instrumento da Lista Tríplice (LT) para o preenchimento dos principais postos de direção do órgão.

O motivo não poderia ser mais justo. O nome da Auditora-Fiscal Lina Vieira saiu do processo de Lista Tríplice realizado ainda no 1º semestre de 2007, onde ficou na 6ª posição.

A Delegacia Sindical de Santos foi precursora na solicitação de que se adotasse o processo da LT para Delegado e Inspetor em Santos, em reunião com o superintendente da 8ª Região Fiscal, Luiz Sérgio Soares, em 23 de setembro.

Embora tenha se declarado um entusiasta da Lista Tríplice, o superintendente afirmou que nos níveis locais havia "um projeto mais amplo" que não poderia esperar, mas que "até 2010 um outro projeto deve ser implementado, por Regimento Interno, na RFB". Dois dias após a reunião, no dia 25/09, mais de 30 Auditores-Fiscais lotados na DRF/Santos solicitaram à DS a realização do certame para o cargo de Delegado que havia vagado, contudo, o processo acabou sendo interrompido por decisão das colegas em assembléia local, após o superintendente ter nomeado um Auditor da própria DRF para ocupar o posto.

Mas na 1ª e 2ª Regiões Fiscais, o exemplo deixado por Santos, fundamentado no artigo 27 da LOF aprovada pela Classe em Assembléia Nacional, foi seguido. Mato Grosso, Acre, Rondônia, Pará, Amapá, Manaus e Ji-Paraná concluíram o processo e entregaram suas Listas Tríplices aos respectivos superintendentes. No caso da 2ª RF, ainda antes da realização do certame, o novo superintendente Esdras Esnariaga declarou que aceitaria receber as listas das localidades para subsidiar as futuras nomeações em sua gestão.

Democracia interna - Apenas uma autêntica democracia interna é capaz de impedir a formação de qualquer tipo de "oligarquia" a se arvorar detentora de prerrogativas e atribuições que estão pulverizadas sabiamente

dentro dos membros da instituição, por lei, as Autoridades.

Por isso, a Constituição Federal de 1988, segundo estudo efetuado pelo promotor de Justiça do Estado do Ceará, Ythalo Frota Loureiro, preocupou-se em estabelecer que a obediência aos princípios da hierarquia e disciplina se aplica às Forças Armadas e não aos demais órgãos públicos, em que os seus agentes devem obediência aos princípios constitucionais inerentes à Administração Pública, ou seja, aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, da Constituição Federal de 1988).

Assim como não há relação de subordinação entre magistrados, promotores e procuradores, inclusive entre os membros da própria classe, não deve haver também entre os Auditores-Fiscais da RFB, pois do contrário a autoridade seria quem ocupa cargos de direção e os demais Auditores seriam meros executores de atividades, não cabendo o poder de decisão, típico de Autoridades, o que estaria em contraposição com vasta legislação e inclusive com o texto constitucional.

Neste sentido, caberia aos próprios membros da Classe a escolha de quem irá coordená-los, tanto em âmbito local, como nacional, conforme ficou claro na aprovação da LOF almejada pela Classe. Em razão disto, a institucionalização da Lista Tríplice é o que há de mais legítimo se se quer falar verdadeiramente de democracia interna e de independência na RFB.

Aprovada MP 440/08, do subsídio e da dedicação exclusiva

Com a aprovação da MP 440/08, do subsídio, no Congresso Nacional em 2 de dezembro, que já seguiu para sanção presidencial, podem estar com os dias contados algumas práticas administrativas cujo condão é a tentativa de subtrair a autoridade do cargo de Auditor ou constrangê-lo, tais como folha de ponto, ponto eletrônico, crachás, uniformes, "propomos... de acordo" e outros apanágios, para ficarmos em alguns exemplos.

Isto porque a Medida Provisória nº 440/08 prevê ao Auditor-Fiscal o regime de "dedicação exclusiva", o qual é cabível apenas a Autoridades de Estado.

Foi com base nisto que, recentemente, a Advocacia Geral da União e a Procuradoria da Fazenda Nacional decidiram que a Portaria nº 636, de 11/09/95, que fixa o horário de expediente da AGU e o registro dos servidores em exercício no órgão, não se aplica aos membros da AGU (aos Procuradores), mas apenas aos servidores administrativos do órgão, pelo fato de os primeiros estarem sujeitos a um regime especial de dedicação integral (inciso I, do artigo 28, da Lei Complementar nº 73/93) e realizarem trabalhos eminentemente intelectuais, passíveis de aferição pelos resultados (i.e., pelo próprio trabalho realizado).

A legislação vigente já abarca e permite tal conclusão, posto que o Decreto nº 1.590/95, em seu art. 6º, § 6º, estabelece que "em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis" pode ser dispensado o controle de ponto.

"Por conseguinte, já se pode concluir facilmente que o Auditor-Fiscal não

deve ter controle de horário. Entretanto, ainda que na MP 440 não houvesse tal previsão, ainda assim a conclusão não seria — nem poderia ser — diversa em relação ao Auditor-Fiscal da Receita Federal comparativamente aos nossos pares no Estado. É que a natureza de nossas funções, destacadamente a fiscalização tributária de pessoas naturais e jurídicas, a constituição do crédito tributário por meio da lavratura de autos de infração e o julgamento de processos fiscais na esfera administrativa, são todas absolutamente incompatíveis com o procedimento de controle de horários, pois podem ser realizados em qualquer horário e local, assim como o Advogado da União ou o Procurador da Fazenda o faz", na avaliação de Wagner Vaz, diretor de Assuntos Jurídicos da Diretoria Executiva Nacional (DEN), que está concluindo um estudo jurídico desta tese já acatada pela AGU.

Também pelo princípio da isonomia, aos Auditores-Fiscais da RFB deve-se aplicar tratamento diferenciado, de forma isonômica, tornando as práticas citadas anteriormente incompatíveis com a nova forma de remuneração e com o regime de dedicação exclusiva.

O final de ano solidário dos Fiscais de Santos

No sindicalismo moderno chamado de cidadão, uma Classe necessariamente tem de extrapolar os muros corporativos e revelar a importância e a utilidade de sua função a toda a sociedade para ser reconhecido por ela, enfim, precisa mostrar-se. Assim, a Classe ganha força e capital político. Os Auditores-Fiscais de Santos já vêm praticando isto há algum tempo por meio da solidariedade, em que ganha tanto quem recebe - a sociedade em geral - como quem estende as mãos.

A conhecida Campanha Solidariedade, da associação Unafisco de Santos, vem sendo apoiada pela DS/Santos, por meio da realização de eventos conjuntos de caráter benemérito, como a Festa Italiana de 2008, por exemplo.

Aliás, com o recurso desta festa e das doações mensais à Campanha Solidariedade, de setembro a dezembro deste ano, a união e generosidade dos Fiscais de Santos produziram inúmeras sementes, que estão sendo agora regadas por instituições e pessoas a elas ligadas, graças à Classe por se mostrarem ao lado dos problemas sociais que atingem a todos. Veja as últimas ações:

1 - Associação Poiesis

Assiste a 70 crianças que residem na região central de Santos no período extra-escolar.

O que foi feito: doação de recursos, acompanhada pelo colega Valdir Marcon, para pagamento de contas atrasadas de água, gás, mercado, bem como para realização de reforma da fachada do prédio que abriga crianças assistidas diariamente pela instituição. Além disso, parceria sem custos para confecção de página da associação na internet.

2 - Gota de Leite

Instituição educacional que assiste gratuitamente em período integral 465 crianças todos os dias, de 0 a 5 anos.

O que foi feito: doação de recursos, acompanhada pelo colega Ricardo Youssef, para a aquisição de mamadeiras e demais utensílios de refeitório usados por 60 crianças de 0 a 3 anos, como colheres, pratos térmicos, escovas e copos, evitado-se, assim, riscos de contaminações, conforme projeto apresentado pela própria instituição.

3 - Casa Vó Benedita

Entidade de assistência a mulheres que se prostituíram, a qual oferece cursos profissionalizantes e abriga os filhos no período em que as mães estão na rua.

O que foi feito: Aquisição de 800 cartões de Natal ao custo de R\$ 1,00, re-



vertidos integralmente em favor da Casa Vó Benedita. Além disso, parceria na realização do churrasco benemérito da entidade, com a doação de recursos para a aquisição do material para churrasco, acompanhada pelo Auditor-Fiscal Antonio Russo.

4 - Coração Feliz / São Vicente

Grupo de voluntários que anualmente arrecada sacolas de natal para as crianças carentes da comunidade México 70

O que foi feito: doação de recursos, acompanhada pelos colegas Maria Lúcia Almeida dos Santos e Carlos Frederico Richmond, para a aquisição de 25 sacolinhas de Natal para crianças, sendo que as mais de duas mil sacolinhas contêm a logomarca da associação Unafisco de Santos e da DS/Santos.

5 - Campanha Solidariedade - associação Unafisco de Santos

O que foi feito: Em dezembro, doação de 70 cestas a 10 entidades assistenciais de Santos e região, que auxiliam famílias carentes, acompanhadas pelo Auditor-Fiscal Marcio Cunico Alonso.

Como continuar ajudando: participe das atividades beneméritas promovidas pela DS e Unafisco de Santos.

Expediente do Jornal: publicação produzida pela Diretoria da DS/Santos, biênio 2007/2009. Secretária de Comunicação: Nilva Martinez Martinez. Jornalista e editora: Kelly Carlisano Albino (MTb. 29.279). Edição Eletrônica: Darcy Toledo. Impressão: Gráfica Mazzeo. Tiragem: 1.000 exemplares. Endereço da DS/Santos: R. Euclides da Cunha, 290 - Santos - SP - Site: www.unafiscosantos.org.br - E-mail: unafisco@unafiscosantos.org.br.

JAFS

Jornal do Auditor Fiscal de Santos

UNAFISCO SINDICAL DS/Santos

UNAFISCO SANTOS

Edição n.º 06 - Set / Out / Nov e Dezembro de 2008

Jornal do Auditor Fiscal de Santos

Fechamos o ano de 2008, que foi tão fértil em conquistas, trazendo aos nossos filiados/leitores esta edição do JAFS que é um autêntico convite à esperança de dias melhores para a Classe dos Auditores-Fiscais da RFB e para toda a sociedade. Se tivéssemos que utilizar uma imagem para ilustrar esta última edição do ano seria, seguramente, a de um canteiro de obras.

Não somente buscar impedir a Administração do órgão de subtrair prerrogativas e direitos. O Sindicato está, finalmente, e como há tanto tempo os Auditores-Fiscais reivindicavam, saindo na frente, sendo propositivo, dizendo o que pretende garantir para os seus filiados, Autoridades Fiscais Tributária e Advaneira.

Esta edição espelha isso. A Lei Orgânica do Fisco (LOF) é tema de duas matérias, embora também permeie outras. Respondemos por que a Lei Orgânica é a menina dos olhos das Autoridades de Estado e apresentamos os motivos pelos quais a Classe considerou urgente a implementação da Lei Orgânica, durante o Congresso dos Auditores-Fiscais em Foz de Iguaçu.

O último JAFS de 2008 traz ainda uma matéria sobre a Lista tríplice como sinônimo de democracia interna e de blindagem de ingerência política, explica como a Classe dos Auditores poderá ganhar uma representação sindical ainda mais fortalecida com a unificação do Unafisco e Fenafisp, e publica também a interessante entrevista com o sociólogo Rudá Ricci, que fala sobre os rumos do sindicalismo e apresenta sugestões para que o Unafisco Sindical deixe de lado disputas internas e volte a ter, ao lado dos Auditores-Fiscais, a força política perdida nos últimos anos.

A todos boa leitura, boas festas e Feliz 2009!

LOF e MP 440/08

Classe aclama urgência da implementação da LOF e conquista aprovação da Medida Provisória do subsídio e da dedicação exclusiva

págs 4, 5 e 6

Dia do Servidor em Santos

Pelo segundo ano consecutivo, DS/Santos e Unafisco de Santos promovem dois eventos para celebrar quem faz a história das instituições no País.

pág 4

Lista Tríplice

A base para a democracia interna nos órgãos republicanos pode começar pela Lista Tríplice.

pág 5

Conaf alça Lei Orgânica do Fisco ao seu devido lugar

O ponto alto do XI Congresso Nacional dos Auditores-Fiscais da RFB, que reuniu em Foz de Iguaçu mais de 450 colegas no mês de outubro, foi a aprovação da urgência da implementação da Lei Orgânica do Fisco (LOF) aprovada pela Classe na Assembléia Nacional de 20/02/08.

Apesar de uma corrente no âmbito do Sindicato ser contrária a esta urgência, a esmagadora maioria dos colegas no evento foi coerente com a vontade da Classe expressa em assembléia e considerou que o melhor momento para se buscar a LOF é agora, conforme também declarou o ministro e advogado-geral da União, José Antônio D. Tóffoli, aos participantes do Conaf: "A hora de aprovar a LOF é agora... os senhores não podem perder a oportunidade de elaborar uma lei orgânica no Governo Lula. Não sabemos o que virá depois", orientou.

A expectativa agora é que todas as teses aprovadas no Congresso da Classe sejam sistematizadas e devidamente implementadas, contribuindo para o aperfeiçoamento do Sindicato e do órgão, a começar pela urgência da LOF.



Agenda de 2009 é homenagem da DS/Santos aos filiados

Os filiados estão recebendo em suas residências a agenda personalizada para 2009 da Delegacia Sindical de Santos, como símbolo dos sinceros votos de que a Classe possa registrar nas páginas em branco as conquistas que esperamos alcançar no ano que se inicia.

Na mensagem da agenda aos associados, Wellington Clemente Feijó ressalta a crescente participação dos filiados de Santos nos principais momentos vividos pela Classe em 2008, ao ofertar a sua melhor contribuição para que os Auditores-Fiscais sejam valorizados como Autoridades de Estado que são, concluindo: "A Delegacia Sindical de Santos do Unafisco deseja a você um 2009 repleto de paz, saúde, harmonia e prosperidade. E que todas as páginas em branco desta agenda possam registrar momentos de conquistas e avanços individuais e de nossa Classe, para o fortalecimento da Receita Federal, do Estado e, conseqüentemente, de toda a sociedade brasileira".



Entrevista: Rudá Ricci, sociólogo e um dos fundadores do Instituto Cultiva Para resgatar a visibilidade e o peso político perdidos



sugeriu a busca da unidade e o estabelecimento das bases de um sindicalismo cidadão para enfrentar os desafios da conjuntura posta.

JAFS - Durante o CONAF de Foz de Iguaçu, o senhor falou que a tendência dos sindicatos hoje é a prática de um sindicalismo cidadão e que o Unafisco perde tempo ao ficar debatendo falsos dilemas como “corporativismo x legitimização social”. Quais as características desse sindicalismo cidadão, que benefícios ele traz para uma classe trabalhadora e de que forma ele alia o corporativismo à legitimização social?

Rudá Ricci: O sindicalismo cidadão tem como característica principal a atuação para além dos muros da categoria. Explico. A partir dos anos 80 ocorreu uma importante mudança no perfil do mercado de trabalho e da sociedade. No caso do serviço público, muitas funções entraram em ocaso ou tiveram seu poder diminuído em função de novas tecnologias e até mesmo mudança da estrutura e processos decisórios. Este é o caso da Receita Federal. A categoria, como um todo, sofreu uma brutal perda de visibilidade na formulação de políticas públicas. Se nos anos 70 era comum Auditores-Fiscais serem lembrados pelos ministros para formular políticas estratégicas, hoje é mais comum que intelectuais das universidades substituam quadros de Estado. Enfim, os quadros de Estado perderam peso político. Mas continuam tendo peso técnico. O fato é que para retomarem sua visibilidade, o Unafisco terá que aumentar suas relações com a sociedade civil. Revelar a importância e utilidade desta função no cotidiano dos brasileiros. Terá que aumentar o poder de fogo de programas como educação fiscal, por exemplo, criando capilaridade nas escolas de todo o país. Terá que demonstrar o quanto podemos ter nos quadros da Receita Federal do Brasil alguém em quem confiar e nos apoiar, para entender o orçamento público, para torná-lo mais transparente. Sem a adoção desta nova relação com a sociedade civil, os funcionários públicos estarão isolados politicamente. Principalmente em função da consolidação do Presidencialismo de Coalizão, que envolve a maior parte dos partidos políticos numa gestão que é muito semelhante ao parlamentarismo.

JAFS - Tendo em vista que o sindicato é um subconjunto de uma Categoria e esta, por sua vez, um subconjunto da sociedade, como o senhor analisa uma Classe se organizar para indicar, de forma legítima, membros do seu próprio seio para o exercício de mandato eletivo, como de deputado federal, por exemplo, inserindo-se de uma outra maneira no Estado Democrático de Direito, onde poderá, inclusive, melhor desempenhar o exercício da legitimização social?

Rudá: A eleição de representantes de categorias aos parlamentos é intrínseca à democracia. Justamente porque o parlamentar é um re-

presentante. No caso, quando elegemos um representante de uma categoria o nome que se dá na ciência política é de representação delegada, ou seja, vinculada aos interesses específicos de quem o elegeu. É óbvio que esta não é a única forma de representação democrática, mas é uma delas e é legítima. Não sejamos ingênuos: o agronegócio possui representantes no Congresso Nacional e conseguem ganhos imensos. O sindicalismo cidadão passa a interferir na articulação de muitas políticas públicas, porque articula temas corporativos com ampliação de direitos sociais e intervenção pública (que aumenta sua visibilidade e legitimidade junto à sociedade). Assim, necessita se articular mais com todo aparelho de Estado, incluindo o parlamento. Os Auditores-Fiscais, por muito tempo, constituíram uma categoria privilegiada, que tinha contato direto com ministros e definiam políticas. Consideravam-se “príncipes do funcionalismo público”. Mas esta situação acabou e é preciso perceber que a relação direta tende a se tornar uma mera etiqueta social.

JAFS - A propósito, qual o papel de cada um dos membros da Classe neste tipo de sindicalismo?

Rudá: O papel passa a ser de liderança social, ou para-liderança. Porque faz uma interface entre o papel do técnico de Estado e o papel de liderança sindical. Articula a velha noção de luta corporativa com a luta social. Na prática, torna o Estado mais transparente, que passa a ser apropriado pelos cidadãos. Esta é uma função nobre, eminentemente democrática. Os sindicatos de professores de rede pública começam a esboçar práticas neste sentido. Elaboram Observatórios de Políticas Públicas (como no caso do Sindute, de Minas Gerais), onde disponibilizam ações de Estado, analisam a execução do orçamento público e criam uma rede de análise e intervenção para além do sindicato.

JAFS - O Unafisco Sindical e a Fenafisp estão prestes a se tornarem um só sindicato representativo dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Como estruturar este novo sindicato que irá juntar diferentes culturas institucionais para que ele seja representante de um sindicalismo cidadão?

Rudá: A unidade se dá pela adoção de uma estratégia comum e pela articulação na base social do sindicato. O fato é que não há, do ponto de vista sindical, nenhum motivo para estarem separados. Nunca houve. A separação artificial das duas sub-categorias criava apenas uma “aristocracia” no funcionalismo público. Não é, e nunca foi, útil à luta por direitos. Há especificidades, mas são muito diminutas. A questão de fundo é: qual o papel do Estado neste início de novo século? E qual o papel dos segmentos

que atuam diretamente com o orçamento público no interior do Estado? Estas duas questões definem um olhar estratégico para o papel da fusão entre os dois sindicatos. Define uma ação articulada que vai até mesmo além das funções fiscais (previdenciárias ou tributárias). Na sociedade civil já percebemos isto e criamos um Fórum Brasil do Orçamento (onde Unafisco está presente). O mundo sindical tem muito a aprender com as novas formas de organização da sociedade civil, em redes e fóruns. Precisam aprender porque continuam com formas organizativas do século passado. Não se inovou.

JAFS - Determinadas autoridades de Estado, que gozam de efetiva autonomia para o desempenho pleno de suas funções, estão juridicamente protegidas por uma Lei Orgânica, como é o caso dos procuradores, promotores e os magistrados. Na Receita Federal, os Auditores-Fiscais não dispõem ainda deste instrumento. De que forma a ausência de garantias para o exercício das atribuições compromete a democracia interna do órgão e a excelência dos serviços prestados à sociedade?

Rudá: A pergunta é uma resposta. Sem a Lei Orgânica a categoria fica vulnerável ao sabor das políticas de governo. Temos que aproveitar este momento histórico, que retoma a função reguladora do Estado e fortalecer o próprio Estado. Temos que aumentar a segurança e capacidade técnica, de formulação, dos funcionários públicos. Temos que retomar a excelência do funcionalismo público. Volto a destacar: os quadros de Estado estão sendo substituídos por intelectuais oriundos das universidades. Não se elabora mais política de Estado a partir do próprio Estado. A partir dos anos 30, formamos uma elite de formulação de políticas públicas no interior do Estado. Por este motivo, muitas funções passavam por um longo processo de formação técnica (alguns denominavam de pré-serviço) mesmo após terem sido selecionados por concurso público. A ESAF acolhia esta formação inicial porque desejava formar quadros de Estado. A política de “Estado Mínimo” destruiu esta capacidade formuladora. Tudo passou a ser terceirizado ou substituído por tecnologias autóctones. Com a Lei Orgânica podemos recuperar o perfil e a segurança destruída nas últimas duas décadas.

JAFS - No mesmo sentido da pergunta anterior, determinadas carreiras dispõem do instrumento da lista triplíce para a ocupação de cargos de chefia e direção. Comparativamente à democracia participativa, como o senhor vê o instrumento da lista triplíce nas instituições públicas?

Rudá: Esta seria a proposta mais avançada de gestão pública. Como uma função de direção é, muitas vezes, uma função delegada do governante, ou seja, responde pelo programa e ideologia do eleito, a melhor solução para a transparência seria a lista triplíce. Mesmo para Secretários de Governo. Imaginemos o ganho para o Brasil que seria um governador indicar uma lista triplíce para preenchimento do cargo de Secretário de Educação. Um colegiado qualificado (como o Conselho Estadual de Educação) poderia escolher entre três candidatos de confiança do governador. Não haveria nenhuma quebra da linha de confiança com o governador. E, ao mesmo tempo, obrigá-riamos o futuro secretário a negociar, a se aproximar e dialogar com funcionários e representantes da sociedade civil. Seria a antecâmara de sua gestão. Seria um “choque de realidade e política” mesmo antes de tomar posse. Auxiliaria profundamente na coesão da gestão e aumentaria a legitimidade do governo.

Participar dos passos rumo à unificação sindical

O Unafisco Sindical é resultado da construção e espírito de sacrifício dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil no sentido de buscar avançar enquanto Classe, colocando em ação o seu saber para transformar a sociedade brasileira, por meio essencialmente da justiça fiscal.

O Sindicato nasceu em 1989 e não demorou muito para que vivenciasse a primeira fusão de sua história. Naquela época, com a associação de Classe dos Auditores-Fiscais do Tesouro Nacional, o Unafisco. Deste casamento, os Auditores herdaram um sindicato fortalecido por uma história de nobres lutas e um nome que era referência e sinônimo de seriedade.

Agora, tendo em vista a fusão dos fiscos, por meio da Lei nº 11.457/2007, vivemos a unificação da representação sindical da Classe. A história muda, posto que neste momento de dois sindicatos fortes — Unafisco e Fenafisp — nascerá apenas um que herdará toda a força demonstrada por estas entidades, referências em suas áreas de atuação, especialmente em questões tributárias e previdenciárias.

A Classe, já unida por lei, não apenas assistirá, mas participará ativamente do processo de criação da nova entidade que a representará frente aos demais poderes. Agora, ela terá em suas mãos uma possibilidade ímpar, jamais vista quando a entidade já existe: a de rever todo o estatuto sindical, o que pressupõe a oportunidade de criar as bases para que o Sindicato reflita os verdadeiros anseios dos Auditores-Fiscais, em conformidade com o que nos oferece o Estado Democrático de Direito.

Revisitar o estatuto significa poder alterá-lo acompanhando as tendências modernas de participação ativa do Sindicato e da Classe no Estado, criando condições para que os Auditores-Fiscais avancem no sentido da valorização como Autoridade de Estado que são. A pergunta que fica é: como fazer isto? Antes de mais nada, sabendo aonde se quer chegar, a partir de um olhar desapaixonado da realidade, e decidindo como queremos nos inserir na sociedade por meio do Estado Democrático de Direito.

As sugestões para o novo estatuto podem ser encaminhadas pelos Auditores-Fiscais, até 2 de fevereiro de 2009, à Comissão de Sistematização eletronicamente, preenchendo o formulário online na página do Unafisco Sindical (www.unafisco.org.br) no banner da Unificação. Caso prefira, baixe o formulário em www.unafiscosantos.org.br, preencha e entregue na DS/Santos. O importante mesmo é participar para transformar. Está em nossas mãos construir no presente um futuro verdadeiramente melhor para o nosso Sindicato e, por fim, para a Classe.

Lei Orgânica: A menina dos olhos das Autoridades de Estado



Legar uma Lei Orgânica para a Classe dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil é hoje a principal bandeira do Unafisco Sindical. Mas nosso Sindicato não é o único que segue em busca dessa valiosa conquista, capaz de conferir às autoridades de Estado uma remuneração compatível com a essencialidade do cargo, bem como autonomia e independência funcional para que executem suas atribuições com plenitude de independência.

Matérias recentemente publicadas em jornais de grande circulação revelaram que os membros da Polícia Federal estão engajados em conseguir a aprovação de sua lei orgânica e que os rumos das negociações neste sentido estão desestabilizando a permanência no cargo do diretor-geral da Polícia Federal. Diz a reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* em 1º de dezembro: “Em meio à crise que abala a instituição, setores descontentes da Polícia Federal já defendem publicamente a substituição de seu diretor-geral Luiz Fernando Corrêa. A ‘rebelião’ tem adesão não só de delegados, mas também de agentes federais insatisfeitos com os rumos da negociação de uma lei orgânica para a categoria”.

A lei orgânica é a pedra de toque das instituições que se pretendam verdadeiramente republicanas, porque desentulha dos órgãos expedientes que servem para coibir a independência funcional da Autoridade de Estado.

A diferença entre instituições com e sem lei orgânica é flagrante. Na Polícia Federal, conforme noticiado pela imprensa, o delegado Protógenes, que conduziu a Operação Satiagraha, foi afastado do caso e colocado à disposição da Divisão de Pessoal, que o situará na divisão que estiver mais carente de delegados. Já no Ministério Público, a título de exemplo de autonomia e acesso irrestrito a informações, conforme noticiado em 20 de novembro pela *Folha de S. Paulo*, dois procuradores brasileiros estiveram na França, reunidos com os seus pares daquele país, para trocar informações sobre investigações acerca de uma empresa suspeita de pagar propina a políticos do

Santos comemora em dose dupla o Dia do Servidor Público

Pelo segundo ano consecutivo, a DS/Santos e a Unafisco de Santos comemoraram em dose dupla o Dia do Servidor Público junto de seus filiados.

O primeiro evento ocorreu no próprio dia 28 de outubro, na Alfândega de Santos, a partir de uma parceria feita com a Administração, da qual participaram ainda a Unafisco Associação e o Sindireceita de Santos, com uma solenidade no auditório, seguida da apresentação do Coral da Alfândega e de coquetel.

Cada entidade de classe presente pôde homenagear seus integrantes e a DS, mais uma vez, aproveitou a data para homenagear os Auditores-Fiscais, na figura de Adilson Brito de Araújo e Cleide Lélis Simões, colegas com mais tempo de casa e mais próximos da aposentadoria.

“Sinto-me gratificada por estar vivendo este momento e gratificada por ser servidora pública”, declarou Cleide, que tem 43 anos de serviço público.

Já Adilson, ou Didi, como é mais conhecido, também bastante emocionado, agradeceu a homenagem feita pelo Sindicato e em seguida leu os dizeres da placa de homenagem entregue pelo presidente da DS/Santos: “Com muito orgulho, vimos nesta data homenageá-lo, Adilson Brito, com

Brasil, Venezuela, Indonésia e Cingapura.

No caso dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, a luta pela edição da Lei Orgânica deu mais um firme e importante passo. No dia 19 de novembro, a Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados aprovou o texto-base da reforma, contemplando a proposta de emenda do Deputado Federal João Eduardo Dado, colega do fisco estadual de São Paulo, que prevê uma Lei Orgânica, por lei complementar, para as Administrações Tributárias das esferas federal, estaduais e municipais.

Isto significa mais um reconhecimento na Constituição Federal de que somos Autoridades de Estado e uma garantia a mais a fortalecer a edição da lei orgânica nos moldes aprovados pela Classe na Assembleia Nacional de 20 de fevereiro de 2008, a partir das quais os Auditores-Fiscais resgatarão a sua Autoridade subtraída desde a década de 90, fixando-a em lei, campo que estará bem mais imune à ação de governos e administrações transitórias.

Autonomia para investigar, garantia de não ser transferido de escritório de setor (graças ao princípio da inamovibilidade), vitaliciedade, acesso irrestrito a informações e a locais para fins de desenvolvimento de seu trabalho, entre outros princípios garantidos nas leis orgânicas fazem-se hoje mais necessários do que nunca para que as instituições e as Autoridades, a exemplo do Ministério Público, sejam de Estado, não de governos.

Cabe a cada um de nós continuar atuando firmemente para que a LOF almejada seja encaminhada e aprovada o mais brevemente possível no Congresso Nacional.

esta distinção, que representa o nosso reconhecimento por seus anos de dedicação ao serviço público e contribuição ao progresso da Nação Brasileira”.

Segundo tempo das comemorações na sede da DS/Santos

No dia 1º de novembro, a segunda etapa da festa em comemoração ao Dia do Servidor precisou ser transferida para a sede do Sindicato, por falta de condições da barraca, em razão de ventania. Na sede, o churrasco continuou a todo o vapor, embalado pelo som da banda contratada pela DS para o evento. Mais de 50 pessoas participaram da festa.

A DS e Unafisco de Santos agradecem a presença de todas e a colaboração dos funcionários para a realização de ambos os eventos. As imagens das festas podem ser vistas na seção Eventos da página www.unafiscosantos.org.br.

